

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO, REALIZADA
NO DIA 5 DE AGOSTO DE 2019, NA SALA DE REUNIÕES DO MUNICÍPIO DE LAMEGO**

PRESENCAS

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva e os senhores Vereadores Ricardo Jorge Morgado da Costa, em substituição do senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, (nos termos do artigo 78º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), António Pinto Carreira, Tânia Alexandra dos Santos Rodrigues, em substituição do senhor Presidente da Câmara Municipal (nos termos do artigo 78º e 79º, da citada Lei), Fernando Silvério Cardoso de Sousa, Ana Catarina Graça da Rocha e José Correia da Silva.

Presidiu à reunião o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, em substituição do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos do n.º 3, do artigo 57º, da citada Lei.

AUSÊNCIAS

Justificadas as ausências do senhor Presidente da Câmara e do senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, por se encontrarem de férias.

SECRETARIOU

O Assistente Técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Nelson Miguel Pinto Nogueira.

ABERTURA (COD. 02)

O senhor Vice-Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, às nove horas e trinta minutos, e deu, de imediato, início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

CÂMARA MUNICIPAL (COD 14)

O senhor **Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa** fazendo referência à questão por si colocada, na reunião anterior, sobre a recente aprovação, pela ENSE – Entidade Nacional para o Setor Energético, do plano de emergência de movimentação de produtos petrolíferos, questionou se foi efetuada alguma diligência no sentido de incluir Lamego na Rede de

Emergência de Postos de Abastecimento de Veículos Prioritários, destinada exclusivamente a viaturas de forças e serviços de segurança e proteção civil, que no distrito de Viseu apenas inclui o Município de Mangualde.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** respondeu que esta situação está a ser acompanhada pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, sendo que durante a anterior greve dos motoristas de veículos de transporte de matérias perigosas, foi comunicada à Autoridade Nacional de Proteção Civil a indicação de um posto de abastecimento de combustível prioritário. Apesar de nesta situação apenas existir um posto incluído na Rede Estratégica de Postos de Abastecimento de viaturas civis, todos os postos de abastecimento de combustíveis do Concelho de Lamego têm uma reserva de combustível destinada a veículos prioritários.

CÂMARA MUNICIPAL (COD 14)

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** fez referência à recente notícia do piloto de helicóptero do INEM que recusou aterrar em locais próximos do local onde se encontrava uma vítima a socorrer em São João da Pesqueira, tendo a vítima falecido na ambulância enquanto o helicóptero continuava a voar. Nesse sentido questionou se o heliporto do Hospital de Lamego já se encontrava certificado e se existem outros locais do Concelho de Lamego que possam servir de aterragem de helicópteros do INEM.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** respondeu que o Município de Lamego fez diligências necessárias, junto da Autoridade Nacional de Aviação Civil, estando em curso, neste momento, por iniciativa do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, o processo de certificação do heliporto do Hospital de Lamego. Em Lamego o campo de futebol dos Remédios, bem como todas as infraestruturas municipais, estão e estarão sempre disponíveis para a aterragem de helicópteros do INEM. No entanto, a decisão de aterrar um helicóptero é sempre do piloto.

CÂMARA MUNICIPAL (COD 14)

O senhor **Vereador José Correia da Silva** deixou uma palavra de apreço à participação de dois símbolos de Lamego na presente edição da Volta a Portugal em bicicleta, a marca Raposeira e o ciclista lamecense Gaspar Gonçalves, natural da Freguesia de Penude, que na 2.ª Etapa da Volta a Portugal teve um bom desempenho.

Todo o **Executivo Municipal** se associou à presente apreciação.

CÂMARA MUNICIPAL (COD 14)

O senhor **Vereador José Correia da Silva** questionou em que fase se encontra, nesta data, o processo de adjudicação do serviço de iluminação das Festas de Nossa Senhora dos Remédios.

A senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha** respondeu que a iluminação para as Festas de Nossa Senhora dos Remédios foi adjudicada à empresa Castros - Iluminações Festivas, S.A., na semana transata, podendo o processo ser consultado nos Serviços.

EDUCAÇÃO (COD 00)

O senhor **Vereador José Correia da Silva**, sobre o assunto do encerramento dos jardins-de-infância do Concelho de Lamego, questionou que documentação foi enviada à DGEstE, solicitando cópia da mesma.

A senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha** respondeu que apenas foi enviada para a DGEstE a recomendação da Assembleia Municipal, dado que em sede de Executivo Municipal apenas houve discussão política em várias reuniões, não tendo resultado qualquer deliberação sobre este assunto. Irá disponibilizar a documentação enviada à DGEstE.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira**, sobre este assunto, referiu que lida muito mal com faltas de verdade, dado que na última reunião questionou, claramente, o senhor Presidente da Câmara se iria enviar para a DGEstE a posição maioritária do Executivo Municipal e da Assembleia Municipal, tendo o senhor Presidente respondido afirmativamente. Não tendo sido remetida, à DGEstE, a posição maioritária do Executivo Municipal, considera um desrespeito e falta de lealdade total para com todos os Vereadores. Disse que o senhor Presidente da Câmara deveria cumprir o que prometeu em sede de Executivo Municipal na reunião da semana passada. Nesse sentido, solicitou a disponibilização imediata da cópia do ofício e documentação anexa que foi enviada para a DGEstE, caso contrário não irá continuar a participar nesta reunião.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** respondeu que irá disponibilizar aos senhores Vereadores a documentação que foi remetida à DGEstE. Mais respondeu que não tem, para si, o senhor Presidente da Câmara como pessoa que falte à verdade, por isso tem de repudiar os epítetos que lhe foram atribuídos.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** considera que o senhor Vereador António Pinto Carreira tem razão naquilo que disse, pois o senhor Presidente da Câmara não cumpriu aquilo que prometeu. Mais referiu que também não irá continuar a estar presente nesta reunião enquanto os documentos solicitados não forem disponibilizados.

A senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha** informou que, por incumbência do senhor Presidente da Câmara, na passada sexta-feira foi enviado um e-mail para a DGEstE

com a recomendação aprovada na Assembleia Municipal. Durante a semana passada, foi solicitado aos Serviços uma pesquisa de deliberações do Executivo Municipal, sobre a reorganização da Rede Escolar, tendo-se apurado que não houve qualquer deliberação nesse sentido, havendo apenas intervenções dos senhores Vereadores em períodos de antes da ordem do dia em várias reuniões do presente ano e do ano passado. Por esta razão, foi sua decisão enviar para a DGEstE apenas a recomendação aprovada na Assembleia Municipal.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** referiu que, sabe muito bem que não há qualquer deliberação do Executivo Municipal mas há uma posição maioritária do Executivo sobre este assunto que está plasmada em atas. O senhor Presidente da Câmara quando foi questionado, se iria remeter à DGEstE a posição maioritária do Executivo, respondeu afirmativamente, tendo toda a gente percebido que era para enviar todas as atas onde o assunto sobre os Jardins-de Infância foi discutido. Portanto não foi cumprido aquilo que foi garantido pelo senhor Presidente da Câmara. Pretende, por isso, que seja enviado, imediatamente, à DGEstE a cópia das atas das reuniões de Câmara onde está explanada a posição maioritária do Executivo sobre o encerramento dos Jardins-de-Infância.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** considera que as posições maioritárias do Executivo Municipal devem rever-se em deliberações maioritárias do Executivo Municipal, razão pela qual, apenas foi enviada para a DGEstE a recomendação aprovada na Assembleia Municipal.

EDUCAÇÃO (COD 00)

O senhor **Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa** no seguimento da discussão anterior e considerando a urgência em resolver este assunto, propôs ao senhor Vice-Presidente a inclusão de um novo ponto na ordem do dia, com o tema “Jardins de Infância de Avões, Britiande, Cepões, Penajóia, Sande e Valdigem”, dado que apenas hoje se tomou conhecimento de algumas circunstâncias sobre esta matéria, nomeadamente o não envio de toda a documentação referente ao posicionamento dos órgãos municipais para a DGEstE, e tendo em consideração que os encarregados de educação apenas foram informados da data limite da inscrição das crianças depois da reunião de Câmara do dia 29-07-2019, o que o impediu de apresentar este pedido de aditamento de ponto à ordem do dia dentro do prazo de agendamento previsto.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** respondeu que não havendo unanimidade, não será possível a inclusão desta proposta na ordem do dia na presente reunião. Sugeriu, no entanto, que o senhor Vereador Ricardo Morgado submetesse a referida proposta, nos

termos regimentais, para ser analisada e com vista a eventual agendamento em reunião posterior.

O senhor **Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa** tomou nota do posicionamento do senhor Vice-Presidente, que considera ir contra o posicionamento que os senhores Vereadores tiveram na reunião imediatamente anterior a esta, ao aceitarem a admissão de uma proposta do senhor Presidente da Câmara, de aditamento de um tema sensível à ordem do dia, numa reunião difícil e em hora avançada.

Mais acrescentou que o tema desta proposta prende-se com a urgência face ao facto de, até este momento, não ter sido dado conhecimento dos documentos enviados pelo Município de Lamego para a DGEstE, considerando também que, apesar de este assunto ter sido discutido várias vezes, o Executivo não tomou ainda uma decisão formal quer no sentido de manter em funcionamento os referidos jardins-de-infância quer no sentido do seu encerramento.

Mais referiu que, apesar de respeitar a decisão do senhor Vice-Presidente da Câmara, pretendia apresentar recurso da mesma para o Plenário, nos termos regimentais.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** questionou a senhora Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha sobre o prazo de inscrições para os jardins-de-infância.

A senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha** respondeu que o prazo das inscrições já terminou, sendo que o prazo para a escolha dos estabelecimentos de ensino termina amanhã, dia 06/08/2019.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** solicitou ao senhor Vice-Presidente que colocasse à votação do plenário o recurso apresentado pelo senhor Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** respondeu que não é possível, regulamentarmente, a introdução de novos pontos na ordem de trabalhos, e como tal não é algo passível de recurso.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** discordou do senhor Vice-Presidente e referiu que nos termos regimentais o recurso deverá ser apreciado e votado no imediato, pelos membros do Executivo. Lembrou que em reuniões passadas acontecerem situações idênticas, que foram alvo de recurso e votadas pelo Plenário, nomeadamente no assunto relativo às transferências de competências para as autarquias locais.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** respondeu que não iria permitir a admissão de qualquer novo ponto na ordem do dia da presente reunião pois considera que há um tempo útil para ser proposta a inclusão de assuntos na agenda da reunião de câmara, sendo que esses assuntos são estabelecidos pelo Presidente da Câmara e só podem ser objeto de deliberação os assuntos nela incluídos; acresce que o assunto que se pretende incluir não

tem qualquer relação com os pontos inscritos na ordem de trabalhos desta reunião, portanto não irá aceitar o recurso apresentado sobre a não inclusão de um ponto-extra na ordem de trabalhos.

O senhor **Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa** referiu que, efetivamente, a apresentação de propostas para a ordem do dia deverão ser remetidas no prazo de 5 dias úteis antes da data da reunião, mas, naturalmente, considerando que a última reunião se realizou no dia 29/07/2019, seria impossível ser incluído na ordem do dia desta reunião, qualquer proposta da Vereação, cumprindo esse prazo, visto que entre uma reunião e a outra apenas distam 4 dias úteis.

Acrescentou que desde o dia 29/07/2019 até ao presente ainda se está a aguardar que seja disponibilizada, para conhecimento, a comunicação que foi feita pelo Município de Lamego à DGEstE, bem como os documentos que foram anexados. Ademais, tomou-se conhecimento, apenas hoje, que a posição maioritária do Executivo Municipal, registada em várias atas de reuniões de câmara anteriores, não foi comunicada à DGEstE, ao contrário do que havia sido acordado na reunião anterior com o Executivo em permanência, tendo sido enviada apenas a recomendação aprovada na Assembleia Municipal sobre este assunto. Por isso, o tema é importante e urgente, sendo que, foi nessa medida que pediu a aceitação da inclusão deste ponto na ordem de trabalhos desta reunião. Relembrou ainda que até ao dia de hoje não houve informação sobre qual foi o teor da decisão que recaiu sobre os jardins-de-infância e não acredita que a DGEstE fundamente a decisão de encerramento dos jardins-de-infância somente num parecer não vinculativo do Conselho Municipal de Educação.

Lembrou que artigo 19.º, n.º1, da Lei n.º 159/99, na sua atual redação, determina que é da competência dos órgãos municipais participar no planeamento e na gestão dos equipamentos educativos, o que neste processo não está a ser respeitado.

Considerou que, não tendo havido, até à data, qualquer deliberação do Executivo Municipal sobre este assunto, e apesar de existir em ata a posição assumida de que cada um dos senhores Vereadores, é pertinente e urgente deliberar sobre o mesmo.

Apelou, mais uma vez, à memória do senhor Vice-Presidente, para a reunião de 06/08/2018, onde este se congratulou pelos esforços que haviam sido nesse ano feitos para o não encerramento dos jardins-de-infância, tendo por isso o Senhor Vice-Presidente um juízo formado sobre este assunto.

Por tudo isto, não entende o objetivo de obstruir a uma apreciação do seu recurso por parte do Plenário.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** subscreveu o que foi referido pelo senhor Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa, acrescentando que o senhor Vice-Presidente

está obstaculizar o cumprimento da democracia e do interesse público, o que terá consequências para os Municípios, nomeadamente os visados neste processo. O recurso deverá ser admitido para ser votado, imediatamente, pelo plenário. Mais informou, que em sinal de protesto, ausentar-se-á desta reunião, caso este recurso não seja admitido, pois considera estar desprovido das suas funções.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** lamenta toda esta situação e comunga da posição do senhor Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa, sendo que tudo isto seria facilmente ultrapassável com um pouco de boa vontade dado que em casos anteriores houve a abertura da parte dos Vereadores para permitir a inclusão de assuntos que não estavam na ordem de trabalhos.

A senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha**, respeitando a posição de todos os senhores Vereadores, acrescentou que compreende a posição do senhor Vice-Presidente, dado que a discussão, sobre esta matéria, já é feita desde março, pelo que a proposta já poderia ter sido anteriormente apresentada cumprindo o regimento. Reitera o que transmitiu na última reunião de câmara onde referiu que, efetivamente é da competência dos órgãos municipais participar no planeamento e gestão dos equipamentos educativos, de tal modo que, no passado dia 29/04/2019, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, o plano de ação social escolar e transporte escolar para o ano letivo 2019/2020, o qual contempla esta reorganização escolar. Assim foi remetido à DGEstE, a quem compete fazer a referida reorganização, o parecer do Conselho Municipal de Educação de Lamego, que é o órgão competente, ao nível da coordenação da política educativa do Município, pelo que, dentro das suas competências, emitiu o referido parecer que é obrigatório e que foi enviado para a DGEstE. No que diz respeito à posição do senhor Vice-Presidente da Câmara no ano anterior, acrescentou que a realidade era diferente da deste ano, sendo que, o que defendeu, no ano passado, foi que não podia permitir que, neste município, houvesse dois critérios diferentes para situações exatamente iguais, o que foi comunicado à DGEstE, na altura.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** respondeu que a senhora Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha, como detentora do Pelouro da Educação, também já poderia ter apresentado uma proposta de deliberação para ser apreciada pelo Executivo, tendo em conta o período longo que já discute este assunto.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** considera que, na defesa da democracia, da ponderação e de uma correta apreciação, a proposta deverá ser apresentada para ser analisada e equacionada a sua inclusão em reunião posterior, tal como é determinado regimentalmente. Na presente reunião não irá aceitar a inclusão de um novo ponto.

O senhor **Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa** referiu que percebe perfeitamente que o senhor Vice-Presidente não queira incluir este ponto na ordem de trabalhos e que é essa a sua decisão face ao requerimento inicial. Contudo, o que se pretende agora é recorrer dessa decisão e que o senhor Vice-Presidente permita a votação do plenário sobre a aceitação, ou não, de inclusão desta proposta na ordem de trabalhos nesta reunião, cumprindo, assim, o n.º 2, do artigo 2.º do Regimento da Câmara Municipal de Lamego onde é referido que: *“Das decisões sobre a direção dos trabalhos cabe recurso para o plenário, a apreciar imediatamente após a sua interposição.”*

Acrescentou que a decisão de não aceitar o aditamento do tema à ordem do dia por parte do Senhor Vice-Presidente, bem como a decisão de colocar o seu recurso à apreciação do Plenário, são atos que a tomar no âmbito das competências que lhe cabem, por força de se encontrar em representação do Senhor Presidente, não devendo existir qualquer personalização do cargo para evitar a assunção de competências e responsabilidades. Exigiu, desta forma, que o recurso fosse apreciado e o regimento interno cumprido.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** suspendeu os trabalhos da reunião às 10h30m tendo, a mesma, sido retomada às 11h00m.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** reafirmou que a ordem de trabalhos é regimentalmente definida pelo Presidente da Câmara, e só pode ser alterada de duas formas, por unanimidade ou pelo Presidente da Câmara, a quem compete estabelecê-la. Não se trata de uma questão de antagonismo, mas sim, uma questão de cumprimento da ordem de trabalhos definida pelo Presidente da Câmara, que não pode ser alterada nesta reunião a que preside. Não é o plenário que define os pontos a incluir na ordem de trabalhos. Na sua ótica, o recurso para o plenário é para situações sobre os assuntos já agendados e que se prendam com a direção dos trabalhos.

O senhor **Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa** referiu que o senhor Vice-Presidente da Câmara suspendeu a reunião após a apresentação de recurso à sua própria decisão e que agora se deve discutir e apreciar esse mesmo recurso.

Todavia, o senhor Vice-Presidente quer decidir por si e pelo plenário apesar de não ter essa competência. A decisão de aceitar a inclusão de um ponto na ordem de trabalhos não é do senhor Presidente da Câmara mas sim do senhor Vice-Presidente que, estando a substituir o primeiro, se encontra a dirigir os trabalhos nesta reunião, não podendo, assim, demitir-se dessas funções, pois o Presidente da Câmara Municipal é substituído, nas suas ausências e impedimentos, pelo seu Vice-Presidente.

Cabe, neste caso, ao plenário, apreciar o recurso apresentado sobre a decisão tomada por quem está a dirigir os trabalhos nesta reunião, nos termos do n.º 2, do artigo 2.º do Regimento da Câmara Municipal de Lamego.

Posto isto, disse que não admite que o senhor Vice-Presidente impeça o plenário de decidir sobre o recurso apresentado, pois esse ato será contrário ao Regimento da Câmara Municipal de Lamego e ao Código do Procedimento Administrativo (CPA).

Mais referiu que o senhor Vice-Presidente ainda tem a oportunidade de colocar o seu recurso à decisão do plenário, cumprindo dessa forma o regimento, de forma a sair desta trincheira em que se instalou, evitando, assim alguns embaraços bastante incómodos.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** corroborou as palavras proferidas pelo senhor Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa, pois também considera que estamos perante o recurso de uma decisão. O plenário deverá de discutir sobre o recurso apresentado. Quem dirige os trabalhos, deverá expressar, claramente, se admite, ou não, o recurso, e quais os fundamentos, caso o recurso não seja admitido.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** reiterou que não irá permitir a alteração dos pontos da ordem de trabalhos, pois a mesma é definida pelo Presidente da Câmara, não significando isso, muito pelo contrário, estar a demitir-se das suas funções. O plenário deve pronunciar-se sobre as decisões relativas aos assuntos da ordem de trabalhos inicialmente definidos.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** considera que o senhor Vice-Presidente ainda não percebeu aquilo que o senhor Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa pretende. O recurso apresentado, sobre a decisão do senhor Vice-Presidente, deverá ser discutido, no imediato, pelo plenário.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** apelou ao bom senso para resolver esta situação, dizendo que, efetivamente o que refere o n.º 2, do artigo 2.º do Regimento da Câmara Municipal de Lamego, é que se não houver concordância sobre uma decisão de quem dirige os trabalhos, poderá ser interposto recurso para o plenário, que é apreciado imediatamente após a sua interposição, não se vislumbrando, por isso, outra forma de tratar este assunto, que não o cumprimento do que está mencionado no regimento.

O senhor **Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa** lembrou que na reunião de 08/07/2019 este procedimento aconteceu com uma proposta do senhor Vereador António Pinto Carreira, de inclusão de um novo ponto na ordem de trabalhos, tendo o senhor Presidente da Câmara não admitido a inclusão desse ponto. Essa decisão do senhor Presidente da Câmara foi alvo de recurso apresentado pelo senhor Vereador António Pinto Carreira, nos termos do n.º 2, do artigo 2.º do Regimento da Câmara Municipal de Lamego.

O senhor Presidente da Câmara, nesta situação, cumpriu o regimento, colocando, de imediato, o recurso apresentado à discussão e votação do plenário. Por isso, não entende, de modo nenhum, esta posição do senhor Vice-Presidente da Câmara, no recurso agora apresentado, porque se trata exatamente da mesma situação e do mesmo órgão colegial, pelo que é uma interpretação do regimento interno absurda e que contraria a própria interpretação adotada pelo Senhor Presidente.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** definitivamente referiu que não iria autorizar a inclusão de um novo assunto na ordem de trabalhos nem admitir recurso pelas razões já referidas.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** depreende das declarações do senhor Presidente da Câmara, em exercício, que não admite o recurso interposto pelo senhor Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa, sendo que esta decisão viola de forma gritante, o Regimento da Câmara Municipal de Lamego e o Código do Procedimento Administrativo. É apenas a demonstração de uma força que não lhe advém do cargo que ocupa nem do órgão a que pertence. Não deixa de ser apenas uma atitude não contribui para a discussão de um assunto importante, sério e urgente. Pela primeira vez assiste, num Órgão Colegial, de quem exerce funções de presidência, não admitir um recurso legitimamente interposto, por pessoa que tem competência para o ato, o que se traduz também, numa clara denegação de justiça, para além de se poder enquadrar noutro tipo de infrações legais. Por isso, não se compreende, de modo nenhum, esta decisão do membro do Órgão Executivo que exerce funções de Presidente do Órgão Colegial, que impede o Plenário de se pronunciar o recurso interposto, por essa razão, entende que a sua presença na reunião não faz qualquer sentido pelo que dela se ausentará, em obediência à sua consciência e ao que entende ser o cumprimento da Lei. Por fim, requereu, uma vez mais, que seja remetida à DGEstE, cópia da ata de 27/05/2019 para todos os efeitos.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** proferiu a seguinte declaração:” *Considerando os antecedentes no que se refere, excecionalmente, à introdução de um novo ponto na agenda da Ordem do Dia; Considerando a urgência do assunto apresentado pelo senhor Vereador Ricardo Morgado e a sua implicação na vida das populações abrangidas pelo encerramento dos seus Jardins de Infância; Considerando a arrogância, prepotência e insensibilidade, bem como a falta de cultura democrática, assumida pelo senhor Vice-presidente ao não aceitar o aditamento daquele ponto para o seu agendamento na Ordem do Dia apresentado pelo senhor vereador Ricardo Morgado, abandono a reunião, como forma de protesto, mantendo total solidariedade com as Freguesias que neste momento estão afetadas por esta decisão autoritária, absolutista e antidemocrática, em clara ilegalidade e violação do Regimento da Câmara Municipal de Lamego e do Código de*

Procedimento Administrativo, impedindo uma tomada de posição formal pelo executivo municipal sobre este importante assunto para a vida do concelho de Lamego."

O senhor **Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa** referiu que a sua posição em relação a esta questão já está amplamente dita nas intervenções anteriores. Percebe o incómodo que discutir o presente ponto possa ter para o Executivo em permanência, em particular para o senhor Vice-Presidente que no passado já se pronunciou sobre esta matéria e que, naturalmente, no dia de hoje não a quer discutir, por entender que a sua posição anteriormente assumida pode ser divergente daquela a que o senhor Presidente da Câmara já se encontra vinculado.

Por esta razão, o senhor Vice-Presidente, arrogando-se de uma competência que não é sua, se substituiu ao plenário na apreciação de um recurso apresentado à decisão por ele tomada, da não inclusão de um ponto na ordem de trabalhos referentes aos Jardins de Infância de Avões, Britiande, Cepões, Penajóia, Sande e Valdigem. Essa decisão, que não pode ser do senhor Vice-Presidente, viola de forma cristalina o n.º 2, do artigo 2.º do Regimento da Câmara Municipal de Lamego bem como o Código do Procedimento Administrativo. Naturalmente, os Vereadores do PSD de Lamego, não podem ser coniventes com esta situação.

Mais informou que, nos termos do artigo 3.º do Regimento da Câmara Municipal de Lamego, iniciará contatos com os restantes Vereadores, no sentido de agendar uma reunião extraordinária, exclusivamente para a discussão deste tema, a qual deverá ser convocada nos termos do Regimento. Desta forma, está certo de que o senhor Vice-Presidente estará mais confortável em discutir este tema, sem prejuízo da sua atuação de hoje ter ficado registada como sendo, francamente violadora das normas que ele próprio ajudou a aprovar em sede do Executivo a que pertence.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara**, para encerrar a discussão deste assunto, concluiu que decidiu não aceitar o recurso para o Plenário, pois é consabido que o mesmo é para situações sobre os assuntos que já estejam na ordem do dia. Para a inclusão de propostas na ordem do dia deverão ser, as mesmas, remetidas no prazo de 5 dias úteis antes da data em que se realiza a reunião, tal como é referido no, artigo 5º do Regimento da Câmara Municipal de Lamego, sendo que é uma prerrogativa do Presidente da Câmara, o estabelecimento da agenda da reunião e só podem ser objeto de deliberação os assuntos nela incluídos. Assim, desta impossibilidade não cabe recurso. Deverá haver um tempo útil para se poder analisar os assuntos tal como, muitas vezes, é reclamado pelos senhores Vereadores da oposição. Esta decisão nada tem a ver com a sua posição tomada no ano anterior sobre este assunto. Esta matéria já foi extensamente discutida ao longo dos últimos 5 meses, não podendo, por isso, ser incluída, nesta reunião, a pretendida proposta de

deliberação, sem prejuízo da referida proposta poder vir a ser analisada com vista a eventual agendamento em reunião posterior, recorrendo às formalidades previstas no Regimento da Câmara Municipal de Lamego.

Neste momento ausentaram-se, da reunião, os senhores Vereadores Ricardo Jorge Morgado da Costa, António Pinto Carreira, Fernando Silvério Cardoso de Sousa e José Correia da Silva.

TERMO (COD 60)

Por falta de quórum, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, às onze horas e trinta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Nelson Miguel Pinto Nogueira.

O Vice-Presidente,

O Secretário